



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
Rua João Batista Parra 575 - Bairro Praia do Suá - CEP 29052-123 - Vitória - ES

TERMO DE REFERÊNCIA (TIC) Nº 2 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/CIA/SINFRA

(este documento deve seguir as orientações da Resolução TRE/ES nº 261/2018)

SUMÁRIO

- [1. Caracterização do Objeto.](#)
- [2. Fundamentação da Contratação.](#)
- [3. Estratégia da Contratação.](#)
- [4. Definição das Responsabilidades do Contratante.](#)
- [5. Definição das Responsabilidades da Contratada.](#)
- [6. Modelo de Execução do Contrato.](#)
- [7. Modelo de Gestão do Contrato.](#)

QUADRO INFORMATIVO

OBJETO:	Serviço de suporte técnico e upgrade do VOLARE (série VOL-11405) na versão VOLARE 22 ou superior; manutenção e atualização das bases de dados do SINAPI e IOPEs e demais bases de dados do pacote de licitação; interpretador BIM compatível com o software Revit da Autodesk; e atualização de preços por 12 meses do TCPO (praça de Vitória-ES) para 02 (dois) usuários (01 licença e 01 cópia adicional).
CATMAT/CATSER:	25992
QUANTITATIVOS:	02 (duas) licenças
CARACTERÍSTICAS:	<p>O serviço de suporte técnico e upgrade do VOLARE permite a continuidade da atualização das bases de dados do SINAPI (fundamental para a elaboração de orçamentos de referência de obras públicas) e demais bases de dados de órgãos públicos já disponibilizadas pelo sistema; a manutenção do software atualizado em sua versão mais recente; e o atendimento oferecido pelos analistas de suporte da Expert System aos usuários.</p> <p>A atualização de preços anual do TCPO (praça de Vitória-ES) possibilita a continuidade da atualização mensal dos preços da base TCPO.</p>
DETALHAMENTO:	A contratada deverá disponibilizar ao TRE-ES os serviços contratados a partir da data imediatamente posterior à data de término do contrato atual de forma que não ocorra interrupção na prestação do serviço. O contrato atual se encerra em 30/11/2022.

1. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Serviço de suporte técnico e upgrade do VOLARE (série VOL-11405) na versão VOLARE 22 ou superior; manutenção e atualização das bases de dados do SINAPI e IOPEs e demais bases de dados do pacote de licitação; interpretador BIM compatível com o software Revit da Autodesk; e atualização de preços por 12 meses do TCPO (praça de Vitória-ES) para 02 (dois) usuários (01 licença e 01 cópia adicional).

DETALHAMENTO DO OBJETO

1.2. Não há divisão por item.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3. Disponibilização de assistência técnica on-line aos usuários do software, através de telefone e por mensagens eletrônicas;

1.4. Acesso à instalação de todas as atualizações de versão do programa lançadas durante o prazo de vigência do serviço de suporte técnico;

1.5. Suporte on-line nas atualizações das bases de dados e dos preços do SINAPI e demais bases disponibilizadas;

1.6. Atualização mensal dos preços da base de dados da TCPO (praça de Vitória-ES) durante a vigência da contratação.

QUANTIFICAÇÃO OU ESTIMATIVA PRÉVIA

1.7. A contratação do serviço deverá atender a 02 (dois) usuários (01 licença e uma cópia adicional) do software Volare e do interpretador BIM.

ESTIMATIVA DE PREÇO

1.8. Conforme despacho da SECOM (0808084), o valor estimado para a presente contratação é de R\$ 13.806,46 (treze mil, oitocentos e seis reais e quarenta e seis centavos).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E RESULTADOS

2.1. O TRE-ES já possui uma licença e uma cópia adicional de uso do software VOLARE 21 PRO e a contratação apresentada na descrição acima é essencial para a continuidade da utilização do sistema adquirido.

Justificativas para cada um dos serviços solicitados:

2.2. A contratação do serviço de suporte técnico e upgrade do VOLARE permite a continuidade da atualização das bases de dados do SINAPI (fundamental para a elaboração de orçamentos de referência de obras públicas) e demais bases de dados de órgãos públicos já disponibilizadas pelo sistema; a manutenção do software atualizado em sua versão mais recente; e o atendimento oferecido pelos analistas de suporte da Expert System aos usuários.

2.3 A atualização de preços anual do TCPO (praça de Vitória-ES) possibilita a continuidade da atualização mensal dos preços da base TCPO; e por ser uma publicação técnica especializada amplamente conhecida no meio técnico e no mercado nacional, é uma alternativa muito eficiente para a obtenção de preços de insumos e serviços que não constam da base do SINAPI, além de permitir, através de uma ferramenta específica do VOLARE a comparação de insumos e serviços TCPO x SINAPI.

Justificativas para a utilização do sistema VOLARE:

2.4. A necessidade dos analistas da área de engenharia do TRE-ES de uma ferramenta que facilite a montagem e coordenação das tarefas de contratação e fiscalização de obras e que dê maior segurança ao fiscal nas análises dos orçamentos realizados e contratos junto a empresas de engenharia.

2.5. A elaboração do orçamento de referência que compõe o projeto básico deve obedecer a vários instrumentos normativos, entre eles: a Lei 8.666/93, ao Decreto nº 7.983/2013, às determinações do Tribunal de Contas da União, à Resolução CNJ nº 114/2010, as normas técnicas da ABNT aplicáveis, entre outros. O atendimento a essas determinações legais torna o orçamento de obras e suas atividades correlatas um trabalho complexo e extenso que somente pode ser realizado com a utilização de um software específico para tal fim.

2.6. O Art 7º da Lei 8.666/93 prevê a necessidade de elaboração de Projeto Básico e de Orçamento Detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários para acompanhar licitações de obras de engenharia. Por sua vez, o Art 6º da Lei 8.666/93 define como parte do Projeto Básico o orçamento detalhado do custo global da obra pretendida, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados. Nesse sentido, o uso de sistema de orçamentação e planejamento de obras agiliza a elaboração do orçamento detalhado, visto que otimiza de forma automatizada a execução desta tarefa, suprimindo esta demanda específica dos analistas da área de engenharia deste TRE-ES.

2.7. O software VOLARE é específico para elaboração de orçamentos, planejamento e gestão de obras e serviços de engenharia, incluindo a base de dados SINAPI, que é elaborada todos os meses pela Caixa Econômica Federal e aceita pelo TCU na composição de custos para licitações públicas. Paralelamente a essa base, o VOLARE também possibilita a utilização exclusiva da base TCPO (Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos), que é a maior e a mais utilizada base de dados de custos da construção disponível no mercado nacional.

2.8. A base de dados do SINAPI e outras bases públicas disponibilizadas no VOLARE (SICRO2-DNIT, EMOP, SIURB-EDIF, SIURB-INFRA, SEINFRA, CDHU), o TCPO e a cotação de preços de insumos da PINI (MOVpreços PINI) constituem um conjunto de ferramentas fundamentais e únicas para elaboração de orçamento de obras, pois aliam informação de sistemas construtivos com os preços pesquisados praticados pelo mercado.

2.9. A utilização conjunta da base de dados do SINAPI, do TCPO e da cotação de preços de insumos da PINI (MOVpreços PINI), possibilitada exclusivamente pelo VOLARE, garante, por sua vez, a disponibilidade de dados de custos e preços da construção de forma mais atualizada e mais realista que todos os demais softwares similares e atualmente comercializados no mercado nacional. Não obstante, a editora PINI mantém disponíveis cursos, seminários e ampla rede nacional de assistência aos utilizadores da base TCPO e do software VOLARE.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

2.10. Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;

2.11. Garantir a celeridade nos trâmites administrativos;

2.12. Aperfeiçoar a gestão de custos;

2.13. Fortalecer a governança judiciária.

REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

2.14. Os estudos técnicos preliminares realizados encontram-se incluídos no documento nº 0781698.

RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A STIC A SER CONTRATADA

2.15. Contratação de suporte para os 2 engenheiros da SINFRA.

JUSTIFICATIVA DA STIC ESCOLHIDA

2.16. Trata-se da renovação de serviço do software VOLARE, utilizado desde 2017, conforme os autos 10629/2017 e, atualização das bases de dados SINAPI e IOPEs e demais bases.

2.17. O software conta com um serviço exclusivo de cotação de preços para os insumos TCPO e vem sendo utilizado de forma satisfatória pelos engenheiros da SINFRA, permitindo a redução do tempo na elaboração do orçamento de referência que compõe o projeto básico e na elaboração do orçamento detalhado, com dados atualizados de custos a preços da construção, trazendo maior produtividade e segurança na manutenção dos dados, além da compatibilidade com outros sistemas CAD.

2.18. A descontinuidade do serviço deixaria os engenheiros sem informações atualizadas sobre tipos de serviços, preços de referência e outros insumos pertinentes ao orçamento de obra, dificultando o atendimento às determinações legais.

3. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO**FORMA DE PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

3.1. O objeto licitado não permite o parcelamento e será adjudicado ao licitante que ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL.

MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

3.2. Conforme despacho (0809303) da Seção de Licitação: faz-se possível, na forma com que o caso se apresenta, uma **inexigibilidade de licitação, baseada no art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93.**

MARGEM DE PREFERÊNCIA

3.3. Há previsão de aplicação de margens de preferência conforme disposto no Decreto nº 7.174/2010.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.4. Conforme despacho SEPLAN (0811059), segue a classificação orçamentária informando a disponibilidade orçamentária nos termos abaixo:

DISPONIBILIDADE	Há Disponibilidade Orçamentária
PROGRAMA DE TRABALHO	02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo
PLANO ORÇAMENTÁRIO	0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa

NATUREZA DA DESPESA:	339040 – Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ
SUBITEM DA DESPESA:	07 – Manutenção corretiva / adaptativa e sustentação softwares
PLANO INTERNO	TIC MANSOF
VALOR CONSIDERADO	Conforme despacho Secom 0808084

VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.5. A vigência da contratação será de 12 meses a partir da data imediatamente posterior à data de término da contratação vigente, que é 30/11/2022.

4. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 4.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Demandante do contrato, para acompanhar e fiscalizar sua execução;
- 4.2. Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 4.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita;
- 4.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 4.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 4.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da STIC.

5. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 5.1. Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;
- 5.2. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.3. Atender prontamente a quaisquer orientações e exigências do gestor do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.4. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual;
- 5.5. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela contratante;
- 5.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.7. Manter, quando especificada e durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- 5.8. Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento.

DA PROPOSTA

5.9. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

FIXAÇÃO DAS ROTINAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. A contratada deverá disponibilizar ao TRE-ES os serviços, objeto da presente contratação, a partir da data imediatamente posterior à data de término do contrato atual de forma que não ocorra interrupção na prestação do serviço. O contrato atual se encerra em 30/11/2022;

6.2. Caberá ao Gestor Contratual informar à Secretaria de Administração e Orçamento a data do aceite definitivo do serviço para fins de pagamento.

FORMA DE PAGAMENTO

6.3. Será realizado em uma única parcela, correspondente ao valor contratado, mediante depósito bancário na conta corrente da contratada, até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada;

6.4. O pagamento será realizado após o recebimento definitivo;

6.5. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela Contratada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço;

6.6. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.

MODELOS DE TERMOS RELATIVOS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

6.7. Não se aplica à presente contratação.

OBRIGAÇÕES REFERENTES À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)

6.8. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

6.9. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

FIXAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1. A aceitação dos produtos fica condicionada a entrega dentro do prazo e dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS MÍNIMOS DE TESTE E INSPEÇÃO

7.2. Não se aplica à presente contratação.

RETENÇÕES OU GLOSAS

7.3. Não se aplica à presente contratação.

EQUIPE DE GESTÃO DO CONTRATO

7.4. A Equipe de Gestão Contratual será composta por: Gestor do Contrato, responsável por gerir a execução contratual, e pelos Fiscais Demandante, Técnico e Administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual, consoante às atribuições regulamentares;

7.5. Gestor do Contrato: Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais diretamente relacionadas à sua área de atuação (área de negócio), indicado pelo titular da Área Demandante, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual;

7.6. Fiscal Demandante do Contrato: Servidor representante da Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pelo dirigente da Unidade Demandante para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais da Solução;

7.7. Fiscal Técnico do Contrato: Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pelo Secretário de Tecnologia da Informação, para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da execução, interagindo, sempre que necessário, com todas as áreas que compõem a respectiva Secretaria de Tecnologia da Informação para proporcionar a melhor condução dos trabalhos da Equipe de Gestão Contratual;

7.8. Fiscal Administrativo do Contrato: Servidor representante da Área Administrativa, indicado pelo Secretário de Administração e Orçamento, para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, interagindo, sempre que necessário, com todas as áreas que compõem a respectiva Secretaria de Administração e Orçamento para proporcionar a melhor condução dos trabalhos da Equipe de Gestão Contratual.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.9. Descrição das situações que possam caracterizar o descumprimento das obrigações contratuais estabelecidas, bem como definição dos percentuais de multa aplicáveis a cada tipo de descumprimento, observados os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade. (Art. 27, VII, Res. TRE/ES 1053/2014):

Descumprimento	Percentual diário	Limite de dias	Percentual total	Base de incidência
Atraso na entrega ou na substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Prazo excepcional de entrega	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Inexecução total ou parcial	-----	-----	30%	Objeto inexecutado
Recusa na manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual / confirmação de recebimento de nota de empenho	-----	-----	20%	Total do contrato/empenho
Qualquer outra obrigação	-----	-----	0,5%	Total do

Descumprimento	Percentual diário	Limite de dias	Percentual total	Base de incidência
(por ocorrência)				contrato/empenho

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (Portaria DG nº 273 id 0773059)

Integrante Demandante: **Marcos Monteiro** (substituto: Gerson Marques Oliveira)

Integrante Técnico: **Márcio Luiz Ferreira de Oliveira** (substituto: Rafael Ramos de Magalhães Barbalho)

Integrante Administrativo: **Marcos Venturott Ferreira** (substituto: José Adriani Brunelli Desteffani)

Vitória, 15 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS VENTUROT FERREIRA, Integrante Administrativo**, em 16/09/2022, às 17:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LUIZ FERREIRA DE OLIVEIRA, Integrante Técnico**, em 16/09/2022, às 18:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MONTEIRO, Integrante Demandante**, em 16/09/2022, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0811546** e o código CRC **AF8AC9B5**.